

# Utopismo e Prefiguração

Ruth Kinna

2016

# Conteúdo

Introdução	3
Prefiguração	5
Prefiguração e Utopia	9
Anarquismo e os Usos Políticos da Utopia	14

# Introdução

Para anarquistas, utopias são sobre ação. Como Uri Gordon argumenta, as utopias estão “umbilicamente conectadas à ideia de revolução social”<sup>1</sup>. O tipo de ação que a utopia descreve é uma questão para debate. Este ensaio examina como o pensamento utópico molda o pensamento anarquista e destaca algumas mudanças recentes nos usos políticos da utopia. O utopismo não é tratado como um conceito ou método abstrato, nem como um gênero ou lugar literário – porque não é assim que os anarquistas entendem a ideia. A utopia, observa Gordon, “sempre significou algo mais do que um exercício hipotético de projetar uma sociedade perfeita”. Como ideia revolucionária, a utopia está ligada ao princípio da prefiguração.

A prefiguração foi identificada como um conceito central no pensamento anarquista contemporâneo e é cada vez mais invocada para destacar a distinção das práticas, ações e movimentos anarquistas. Em 2011, dois meses após o início do Occupy Wall Street, David Graeber identificou a política prefigurativa como um dos quatro princípios caracteristicamente anarquistas do movimento, os outros três sendo a ação direta, o ilegalismo e a rejeição da hierarquia. Insinuando o utopismo do conceito, ele descreveu o Occupy como uma tentativa genuína de “criar as instituições da nova sociedade na casca da velha”. Seguindo a ideia, ele vinculou a prefiguração à criação de “Assembleias Gerais democráticas”, tomada de decisões por consenso e uma gama de instituições de ajuda mútua e autoajuda – incluindo “cozinhas, bibliotecas, clínicas, centros de mídia”<sup>2</sup>. O surgimento espontâneo desses corpos e práticas atestou a praticidade de aspirações radicais, de maneiras que podem ser consideradas em conflito com a ideia tradicional de utopia como um reino imaginário de inexistência ou impossibilidade ideal. No entanto, na medida em que ações como Occupy expõem a fragilidade das dispensas oficiais de mudanças sociais igualitárias, capturadas no mantra TINA, elas também são utópicas.

Embora haja pouca disputa sobre a centralidade da prefiguração nas literaturas anarquistas, há uma variação considerável sobre a política utópica que a ação prefigurativa encoraja e reprova de várias maneiras. O ensaio mostra como o projeto do utopismo (associado aos socialistas utópicos de meados do século XIX) serve como um contraponto para o anarquismo contemporâneo. Também aborda o conhecido enquadramento de Abensour de “utopia como desejo”, a fim de ilustrar a articulação do utopismo antiutópico com algumas concepções recentes do utopismo anarquista. Ao examinar os debates sobre a inter-relação desses dois conceitos e, em particular, as continuidades e descontinuidades na história do pensamento anarquista, é possível capturar o espectro da prática política utópica que a prefiguração descreve, estendendo-se de um compromisso utópico a um enquadramento sociológico de alternativas para um abraço distópico de uma psicologia do desejo.

---

<sup>1</sup> Uri Gordon, “Utopia in Contemporary Anarchism” in L. Davis and R. Kinna (eds), *Anarchism and Utopianism*, (Manchester: Manchester University Press), 2009, p. 260.

<sup>2</sup> David Graeber, “Occupy Wall Street’s anarchist roots”, *Aljazeera Opinion* 30 November 2011 [www.aljazeera.com](http://www.aljazeera.com). Last access 31 January 2014.

# Prefiguração

Para Benjamin Franks, a prefiguração é o princípio que os anarquistas usam para avaliar a legitimidade das ações e ele define o conceito em termos de uma relação entre fins e meios. Um compromisso anarquista central, ele argumenta, é que “os meios têm que prefigurar os fins”<sup>3</sup>. Na teoria política normativa, o compromisso com a prefiguração leva os anarquistas a rejeitar o consequencialismo, a ideia de que os resultados das ações são as medidas adequadas de correção, quanto a deontologia que, em vez disso, considera a justeza das ações em termos de dever, ou conformidade com as normas ou leis estabelecidas<sup>4</sup>. A prefiguração, argumenta Franks, conduz os anarquistas em direção à ética da virtude, uma posição que fundamenta a moralidade no caráter ou comportamento e nas intenções dos atores. Além disso, Franks associa a prefiguração ao que denomina “ética pragmática”. Isso significa que os anarquistas rejeitam o instrumentalismo, ou o princípio de que “o sucesso de um plano é determinado por sua eficiência em cumprir os objetivos”<sup>5</sup>. Franks associa o instrumentalismo a Max Weber. No entanto, sua elisão de instrumentalismo com consequencialismo o leva a identificar uma gama de expoentes, de J.S. Mill a Lenin, e mesmo para aplicá-lo a doutrinas que procuram desvincular a avaliação da ação das considerações de justeza pela substituição da mera “necessidade”. Maquiavelismo e Nechaevismo são exemplos. Em contraste com este amplo corpo de pensamento, a prefiguração anarquista colapsa a distinção entre meios e fins. Em termos que lembram o preceito anarquista de Gandhi de ser a mudança que você deseja ver, Franks argumenta que as ações “incorporam as formas de relação social que os atores desejam ver se desenvolver”<sup>6</sup>. As implicações políticas são que os comportamentos cotidianos são centrais para a prática anarquista e que as escolhas que os indivíduos fazem na condução de suas vidas fornecem um locus primário para as ações anarquistas. Esse entendimento é repetido por Cindy Milstein. Prefiguração, ela argumenta, é

*a ideia de que deve haver uma relação eticamente consistente entre os meios e os fins. Meios e fins não são iguais, mas os anarquistas utilizam os meios que apontam na direção de seus fins. Eles escolhem ações ou projetos com base em como eles se encaixam em objetivos de longo prazo. Os anarquistas participam do presente da maneira que gostariam de participar, muito mais plenamente e com muito mais autodeterminação, no futuro – e encorajam outros a fazê-lo também. A política prefigurativa, portanto, alinha os valores de uma pessoa às suas práticas ...*<sup>7</sup>

A prioridade atribuída à intenção como um padrão de justiça não é nova no pensamento anarquista. O anarquista do século XIX Piotr Kropotkin defendeu os assassinos de Alexandre II em 1881 precisamente nesses termos<sup>8</sup>. Da mesma forma, o anarquismo tem sido associado à rejeição do instrumentalismo: Weber enquadrou sua crítica a Tolstói em termos da prioridade que os anarquistas atribuíam à “ética dos fins últimos” sobre a “ética da responsabilidade”<sup>9</sup>. No entanto, o termo “prefiguração” não aparece nos discursos anarquistas do século XIX, pelo menos não comumente. Para alguns escritores contemporâneos, essa ausência é significativa e seu surgimento nas últimas duas décadas ou mais captura a sensação de que houve uma mudança no pensamento, ou talvez na ênfase, no pensamento anarquista contemporâneo no período pós-segunda guerra<sup>10</sup>. De fato, alguns amarram o conceito fortemente ao ativismo recente. A forte associação às vezes feita entre a organização do trabalho e o anarquismo histórico, por um lado, e a dicotomia entre o anarquismo social e o estilo de vida, do outro, encorajou essa visão (embora os defensores da prefiguração rejeitem de forma esmagadora a crítica do estilo de vida que Murray Bookchin

---

<sup>3</sup> Benjamin Franks, *Rebel Alliances: The Means and Ends of Contemporary British Anarchisms*, (Edinburgh & Oakland: AK Press and Dark Star, 2006), p. 13.

<sup>4</sup> Franks, pp. 17–18.

<sup>5</sup> Franks, p. 101.

<sup>6</sup> Franks, p. 114

<sup>7</sup> Cindy Milstein, *Anarchism and Its Aspirations*, (Edinburgh & Oakland/Washington: AK Press/IAS, 2010), p. 68

<sup>8</sup> Piotr Kropotkin, “Anarchist Morality”, in Roger Baldwin (ed), *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets* (New York: Dover Books, 1970), p. 100.

<sup>9</sup> Sobre Tolstói e Weber, ver Sam Whimster (ed.) *Max Weber and the Culture of Anarchy* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1999).

<sup>10</sup> Prefiguração é um termo familiar no anarquismo de língua inglesa, mas não aparece na *Petit Lexique philosophique de l'anarchisme de l'anarchisme de Proudhon à Deleuze de Daniel Colson*, (Paris: Librairie Générale Française, 2001).

apresentou quando ele cimentou esta distinção)<sup>11</sup>. Para dar um exemplo, em “Trying to Occupy Harvard”, Philip Cartelli observa:

*Desde o início do Occupy Wall Street, muito tem sido feito de sua política prefigurativa – um modo cada vez mais popular de organização e prática política entre os movimentos de base da esquerda ao longo do último meio século, que modela o tipo de sociedade democrática em que aspiram viver. Em minha experiência, entretanto, essa política de estilo de vida radical tem mais probabilidade de atrair ativistas fora de grupos políticos tradicionais, como sindicatos ou organizações voltadas para questões específicas e políticas<sup>12</sup>.*

Marianne Maeckelbergh oferece um relato semelhante, rastreando a prefiguração através do feminismo do pós-guerra, “os movimentos antinucleares e pela paz, os movimentos de justiça racial nos EUA, movimentos anticoloniais e anti-desenvolvimentismo no Sul global, e mais tarde os movimentos faça-você-mesmo e ambientalistas – todos os quais alimentaram o movimento alterglobalização que desafiou o direito das organizações multilaterais (OMC / WB / FMI / G8) de governar o mundo”<sup>13</sup>. Neste contexto, a prefiguração é uma expressão da política contra-cultural que desapareceu no final dos anos 60 para ressurgir em recentes campanhas anti-capitalistas. E em vez de anexar ao “anarquismo” como tal – uma doutrina sugestiva de compromisso ideológico denso e prática definida – a prefiguração está ligada a práticas, livre de conteúdo específico. Maeckelbergh encontra o contraste na política programática do velho estilo.

*As práticas hoje encontram seus predecessores em movimentos da década de 1960, quando ativistas questionaram em grande escala a necessidade de um programa político unitário de mudança revolucionária (em outras palavras, a necessidade de determinar com antecedência para qual coisa seu movimento é “para”). Essas ideias muitas vezes assumiram a forma de praticar a “democracia participativa” e construir relações sociais “autônomas”<sup>14</sup>.*

As suposições estreitamente operárias sobre o caráter e a composição do movimento histórico são contestáveis. Além disso, a identificação da política prefigurativa com ondas particulares de atividade ou formas de prática trai uma tendência ao historicismo que é difícil de reconciliar com os tipos de agência que a prefiguração destaca. O significado da dinâmica meios-fins na política prefigurativa não é que ela mapeia ações para um conjunto prescrito de formas aprovadas, mas que governa contra julgamentos baseados na consideração de resultados ou, pelo menos, resultados determinados por qualquer pessoa que não seja o “agente local”<sup>15</sup>. Da mesma forma, o peso atribuído às escolhas que os ativistas fazem quando se engajam na ação não é que a prefiguração resulte em consenso moral ou uniformidade política, mas apenas que ela apoia a ação direta: o poder de transformação é colocado nas mãos dos indivíduos, agindo por si próprios e/ou em colaboração com outros. No discurso atual, a prefiguração é usada para descrever o poder criativo das lutas coletivas<sup>16</sup>, o projeto de construção de um novo mundo no seio do antigo, seja no sentido comum da palavra, como um prenúncio<sup>17</sup>, ou para descrever as formas pelas quais desejos revolucionários são expressos em relação à relação íntima entre transformação social e ação no presente<sup>18</sup>. Como Franks, David Graeber coloca o compromisso com a ação direta na vida cotidiana no

<sup>11</sup> Murray Bookchin, *Social Anarchism of Lifestyle Anarchism: An Unbridgeable Chasm*, (Oakland, CA and Edinburgh: AK Press, 1995).

<sup>12</sup> Philip Cartelli, “Trying to Occupy Harvard”, in the series Occupy, Anthropology, and the 2011 Global Uprisings, Jeffrey Juris and Maple Razsa (eds.), *Cultural Anthropology*, 2012 culanth.org. Last access 31 January 2014.

<sup>13</sup> Marianne Maeckelbergh “Horizontal Decision-Making across Time and Place”, Jeffrey Juris and Maple Razsa (eds.), *Cultural Anthropology*, 2012 culanth.org. Last access 31 January 2014.

<sup>14</sup> Maeckelbergh “Horizontal Decision-Making across Time and Place”

<sup>15</sup> Franks, p. 114.

<sup>16</sup> Christian Marazzi, “Exodus Without Promised Land”, Preface Frederico Campagna and Emanuele Campiglio (eds) to *What We Are Fighting For A Radical Collective Manifesto*, (London: Pluto Press, 2012), p. viii-ix.

<sup>17</sup> The Anarchist FAQ talks about “the future in the present”, see the discussion of blueprints at: anarchism.pageabode.com. Last access 31 January 2014.

<sup>18</sup> Uri Gordon define a política prefigurativa como uma prática: a “implementação real e exibição das relações sociais anarquistas”, *Anarchism and Political Theory: Contemporary Problems*, PhD thesis, University of Oxford, 2007, ch. 3, accessible at theanarchistlibrary.org Last access 31 January 2014.

cerne dos discursos prefigurativos<sup>19</sup>. A préfiguração está ligada à criatividade, subversão, ludicidade e ao desenvolvimento de relações e modos de vidas alternativos. A política prefigurativa, afirmam Federico Campagna e Emanuele Campiglio, “anda de mãos dadas com o desejo de uma imaginação de longo prazo e amplo horizonte”; a prefiguração é sobre “o exercício contínuo de testar as paisagens imaginárias contra as necessidades e os fluxos subterrâneos da vida cotidiana”<sup>20</sup>.

Em todos esses sentidos, a prefiguração contesta a associação frequente e irrefletida do anarquismo com a destruição e, em vez disso, enfatiza as características experimentais, produtivas e inovadoras das práticas anarquistas que desafiam e procuram substituir ou desafiar as formas sociais hierárquicas e opressivas. Como Franks argumenta, a política prefigurativa descreve a rejeição do vanguardismo e das certezas “científicas” sobre as quais o elitismo revolucionário foi construído e o repúdio às variedades de socialismo que as estratégias de vanguarda produziram – ditaduras sem classes, mas, no entanto, altamente centralizadas e industrializadas<sup>21</sup>. Assim como recusa a imposição de meios ditatoriais, mesmo fugazes e temporários, a prefiguração abrange ações que não alcançam nada mais do que ganhos transitórios e momentâneos de autonomia. As ações locais e diretas que trazem esses ganhos estimulam comportamentos transformadores. Em suma, a prefiguração exclui certas abordagens da mudança social, mas deixa a especificação de comportamentos aberta aos ativistas. A esse respeito, e no contexto dos debates sobre as continuidades e descontinuidades dos movimentos anarquistas históricos e modernos, a abordagem de Franks para a prefiguração parece maleável tanto para a política do século XIX, quanto para as campanhas pós-segunda guerra e as formas contemporâneas de ativismo. No entanto, como a relação entre utopismo e prefiguração revela, o utopismo do movimento histórico parece se opor a essa aplicação. Nos termos de Franks, a suspeita é que essas formas de utopismo admitem uma lacuna entre meios e fins, comprometendo a prefiguração ao direcionar a ação para a realização de objetivos predeterminados.

---

<sup>19</sup> David Graeber, “The New Anarchists”, *New Left Review*, n° 13, Jan-Feb 2002, 62; Campagna and Campiglio, “Introduction: What Are We Struggling For?” em *What We Are Fighting For*, p. 5.

<sup>20</sup> Campagna and Campiglio, “Introduction: What Are We Struggling For?” p. 5.

<sup>21</sup> Veja, por exemplo, Carl Boggs, “Marxism, prefigurative communism, and the problem of workers’ control”, em: <http://libcom.org/library/marxism-prefigurative-communism-problem-workers-control-carl-boggs>

# Prefiguração e Utopia

É comum encontrar anarquistas contemporâneos que descrevam a prefiguração como uma política utópica. Em **Anarchism and Its Aspirations**, Cindy Milstein argumenta que imaginar um mundo “além da hierarquia” é “parte da prefiguração”. E insinuando a continuidade do pensamento anarquista, ela sugere que, ao adotar políticas prefigurativas, o anarquismo contemporâneo “retém um impulso utópico”<sup>22</sup>. A defesa de Milstein do utopismo anarquista é avançada explicitamente como uma rejeição de dois outros tipos. A utopia, ela argumenta, não é nem “um experimento de pensamento. Nem é um projeto ou plano rígido”. Franks defende um ponto semelhante. A prefiguração, ele argumenta, é compatível com o utopismo, mas ele qualifica as maneiras em que é; e ele compartilha da preocupação de Milstein é que as utopias normalmente se enquadram em um dos dois tipos principais: ideal abstrato ou projeto. O primeiro vai contra a prefiguração ao despojar a ação do conteúdo prático e o segundo ao impor um arranjo social ideal que torna o engajamento prefigurativo impossível. Voltando à dinâmica da relação meios-fins, Franks argumenta que o papel do pensamento utópico não pode ser delinear o “fim” ou propósito da ação, pois isso encoraja tanto o consequencialismo quanto o pensamento estatista: tanto a ideia de que a perspectiva do fim mitiga os malefícios dos meios empregados para sua concretização e, em primeiro lugar, de que a meta pode ser pré-determinada.

A concepção de utopismo à qual Franks e Milstein estão mais preocupados em resistir é aquela pintada por liberais antiutópicos, que vincula o utopismo ao planejamento social rígido, ao perfeccionismo moral e à determinação totalitária do bem-estar individual. Nesses esquemas, os utópicos frequentemente aparecem como fantasistas perigosos, completamente fora de contato com a realidade e cegos para os custos sociais de seus ideais. Nas literaturas críticas sobre o anarquismo, esse tipo de utopia é tipicamente inscrito em retratos de Bakunin<sup>23</sup>. A resposta de Milstein é tratar a utopia como um método vinculado à prática, em vez de um descritor de uma condição social. O utopismo anarquista “sonha maneiras de incorporar sua ética, e então tenta implementá-las”<sup>24</sup>. Parecon, o modelo de economia participativa de Michael Albert, pode ser considerado um exemplo dessa abordagem, embora não seja um exemplo que ela cite<sup>25</sup>. Franks segue um rumo semelhante. Na política prefigurativa, afirma ele, a utopia pode ilustrar os princípios anarquistas, modelar sua operação prática, inspirar ações ou fornecer um trampolim para o desenvolvimento de novos discursos críticos, contanto que não sirva como o fim em si.

Além disso, Franks adiciona uma psicologia da ação. O utopismo anarquista, ele argumenta, pode ser considerado um mito, comparável ao mito da violência de Sorel. Como o mito Soreliano, o utopismo anarquista não é afetado pelo fracasso de sua realização<sup>26</sup>: tomando emprestada a formulação simples de Milstein, “os anarquistas estão acostumados a perder”<sup>27</sup>. Nesse aspecto, o mito indica uma vontade eterna de suportar a impossibilidade de sucesso como condição de luta. Além disso, o utopismo anarquista compartilha as qualidades irracionais do mito Soreliano, que Franks captura na noção de desejo. À luz da crítica liberal antiutópica, a invocação de Sorel parece estranha; como Mark Antliff argumenta, tanto a natureza de Janus do pensamento de Sorel quanto o apelo à violência anestesiada são profundamente problemáticos. No entanto, a análise cuidadosa de Sorel de Antliff também ajuda a explicar por que o mito continua atraente para os ativistas contemporâneos como “um catalisador para a inspiração revolucionária”. Para Sorel, observa Antliff, “os mitos apresentavam ao público um ideal visionário cujo forte contraste com a realidade presente agitaria as massas”. Sua invocação do mito foi um marcador do papel que ele atribuiu à emoção e à intuição na ação social. Foi também um sinal de sua rejeição ao “planejamento racional” e, mais claramente, à ideia, que ele associava ao reformismo socialista, de usar projetos sociais para delinear políticas de ação incremental<sup>28</sup>.

---

<sup>22</sup> Milstein, *Anarchism and Its Aspirations*, p. 66.

<sup>23</sup> Para uma discussão recente do antiutopismo liberal, ver Lucy Sargisson, *Fool's Gold: Utopianism in the Twenty-first Century* (Basingstoke: Palgrave / Macmillan, 2012, pp. 22–31).

<sup>24</sup> Milstein, *Anarchism and Its Aspirations*, p. 67.

<sup>25</sup> Para uma descrição recente e concisa de Parecon, ver Michael Albert “Participatory Economics From Capitalism”, em Campagne e Campiglio (orgs) *What We Are Fighting For*, pp. 11–17.

<sup>26</sup> Franks, *Rebel Alliances*, p. 105.

<sup>27</sup> Milstein, *Anarchism and Its Aspirations*, p. 65.

<sup>28</sup> Mark Antliff, “Bad Anarchism: Estetized Mythmaking and the Legacy of Georges Sorel”, *Anarchist Developments in Cultural Studies*, Art and Anarchy, 2011, pp. 162–3.

Uma forte tradição de pensamento anarquista crítico, que remonta à recusa de Proudhon de todos os sistemas, atesta o antiutopismo que Franks e Milstein descrevem. O antiutopismo do anarquismo foi reiterado convincentemente por Rudolf Rocker<sup>29</sup>. No entanto, a associação do anarquismo com a abstração e o utopismo do projeto infunde muito do pensamento anarquista contemporâneo. O título do prefácio de Christian Marazzi para *What We Are Fighting For*, “Exodus Without Promised Land” sugere a persuasão da autocrítica anarquista<sup>30</sup>. Mais especificamente, Uri Gordon, Simon Tormey e Saul Newman avançaram na crítica e buscaram distanciar o anarquismo contemporâneo das doutrinas dominantes do século XIX. Kropotkin é frequentemente identificado como um expoente do utopismo de tipo errado: uma forma que é inflexível, focada no destino ao invés da jornada e enraizada em conceitos abstratos e essencialistas da natureza e do florescimento humano. No trabalho recente de Newman, a distinção relevante é entre

*‘Utopismo científico’, em que uma futura sociedade anarquista é fundada em princípios científicos e racionais e será o resultado inevitável de uma revolução contra o estado; e outro que pode ser denominado “utopismo do aqui e agora”, em que o foco é menos sobre o que acontece após a revolução e mais sobre uma transformação das relações sociais no presente*<sup>31</sup>.

A discussão de Franks da teoria política utópica do século XX ajuda a descobrir a razão pela qual as tradições anarquistas históricas foram persistentemente identificadas com o utopismo de projeto. Sua visão, de que os anarquistas são mais abertos ao envolvimento com o pós-modernismo do que outros tipos de socialistas (especificamente os leninistas), por causa das concepções fluidas de utopia que o pós-modernismo apoia, aponta para desenvolvimentos teóricos no campo dos estudos utópicos. A bolsa de estudos de Miguel Abensour foi extremamente influente aqui. Numa discussão recente, recomendada por Newman, Abensour define utopismo como uma ideia de “devir”, termo que usa para descrever uma condição ontológica ligada à criatividade, individualidade e inventividade do desejo. Em um sentido amplo, o utopismo captura um desejo particular, mas não é aquele que pode receber conteúdo. Utopias persistentes, em distinção às “formas eternas”, designam “um impulso obstinado para a liberdade e a justiça – o fim da dominação, das relações de servidão e das relações de exploração”. Esse impulso é uma “orientação para o diferente, o desejo do advento de uma alteridade radical aqui e agora”<sup>32</sup>.

Esses desenvolvimentos inovadores nos estudos utópicos tendem a historicizar formas de antiutopismo utópico, em grande parte na crítica das tradições marxistas vulgares, da mesma forma que os ativistas contemporâneos historicizam a política refigurativa. No entanto, a divergência das tradições históricas anarquistas e marxistas raramente é notada e o resultado é que a convergência do utopismo anarquista e do antiutopismo utópico contemporâneo não é tratada, como Franks argumenta, como uma mudança no pensamento utópico, mas como uma revisão do anarquismo. Assim, para Newman, o encaixe informa a rejeição de duas correntes: uma que associa as tradições socialistas do século XIX com o obreirismo e uma segunda que trata o socialismo como uma filosofia iluminista que automaticamente coloca visões utópicas em uma caixa marcada como abstração ou projeto. No entanto, outra leitura da história é possível e a abertura do utopismo anarquista contemporâneo “aqui e agora” para formas de pensamento pós-moderno que Newman e outros vinculam a modificações paralelas no anarquismo histórico pode igualmente ser explicado pela distância crítica entre o pensamento utópico anarquista e outros formas de utopia socialista. Como David Leopold argumentou, a roupagem “utópica” e “an-

---

<sup>29</sup> Rocker argumentou: “O anarquismo não é uma solução patente para todos os problemas humanos, nenhuma utopia de uma ordem social perfeita (como tantas vezes foi chamada), já que, em princípio, rejeita todos os esquemas e conceitos absolutos. Não acredita em nenhuma verdade absoluta, ou em quaisquer objetivos finais definidos para o desenvolvimento humano, mas em uma perfectibilidade ilimitada dos padrões sociais e das condições de vida humanas que estão sempre buscando formas superiores de expressão, e para as quais, por esta razão, um não pode atribuir qualquer término definitivo nem estabelecer qualquer meta fixa”. Rudolf Rocker, *Anarchism and Anarcho-Syndicalism*, online at libcom.org. Last access 31 January 2014.

<sup>30</sup> Gordon, “Rethinking Revolutionary Practice”, p. 166; Simon Tormey, “From Utopian Worlds to Utopian Spaces” *Ephemera*, 5 (2005), pp. 394–408. www.ephemerajournal.org. Último acesso em 31 de janeiro de 2014.

<sup>31</sup> Saul Newman, *The Politics of Postanarchism*, (Edinburgh: Edinburgh University Press), 2011, p. 162.

<sup>32</sup> Miguel Abensour, “Persistent Utopia”. *Constellations*, 15 (2008), pp. 406–421.

tiutópica” convencional do socialismo do século XIX oculta diferenças significativas na estrutura do pensamento político revolucionário<sup>33</sup>.

No século XIX, os argumentos sobre o utopismo eram frequentemente ensaiados no contexto de um amplo debate sobre o papel das ferramentas repressivas do estado como instrumentos de transformação revolucionária. As divisões nessa questão tornaram-se marcadores de compromisso ideológico. Anarquistas e outros anti-autoritários rejeitaram firmemente a ideia de que os poderes do estado podem ser usados desta forma e argumentaram que a posição contrária assumia um modelo de mudança que era elitista e, portanto, autodestrutivo. Babeuf e Blanqui foram identificados como os progenitores dessa estratégia. As estratégias que os anarquistas propuseram em resposta eram utópicas, mas não no sentido em que os autoritários geralmente pintavam tradições utópicas – tipicamente referindo-se a projetos fantásticos e inúteis. O indicador importante do utopismo como alternativa ao elitismo do socialismo autoritário foi a expressão dos ideais anarquistas por meio de ações diretas que tramaram meios de forma consistente para os fins da luta. Por exemplo, nos modelos insurrecionais de mudança bakuninistas, a destruição dos direitos individuais de propriedade – registrados nos registros de terra – era frequentemente identificada como um meio de mudança revolucionária e mapeada para um fim específico: a abolição da propriedade privada. A destruição dos registros foi um ato simbólico pelo qual os sem-terra se livraram das proteções legais formais que sustentavam os direitos de propriedade e o sistema de exploração e opressão rural que sancionavam. A ideia da greve geral seguiu uma lógica semelhante, mas em vez de queimar registros de propriedade, os trabalhadores assumiram o controle direto e imediato da terra e das fábricas e abandonaram a produção por lucro. O modelo tolstoiano era bastante diferente, envolvendo múltiplos atos individuais de recusa, além de ações coletivas, notadamente para participar de sistemas de recrutamento e regimes de punição. Aqui, a ação foi direcionada para a realização da coexistência pacífica e a não violência é o meio necessário. Para Kropotkin, a revolução tinha um aspecto insurrecional, mas era sustentada por um princípio de retirada coletiva. Os fins foram capturados no princípio da ajuda mútua. O meio adequado era a construção de redes políticas, sociais e econômicas, organizadas fora do alcance do Estado, o que garantiria que os ativistas tivessem acesso às necessidades básicas em períodos de repressão violenta e combate intenso, e que as relações sociais capazes de sustentar as práticas anarquistas fossem trazidas à existência, antes do colapso do estado<sup>34</sup>.

Assim como os anarquistas acusaram os autoritários de se concentrarem em questões de eficiência ou necessidade no desenvolvimento da estratégia revolucionária – a mesma crítica que Franks faz ao leninismo – eles também desconfiavam da abstração. No trabalho de Bakunin, a relação meio-fim foi sustentada por uma compreensão da contestabilidade conceitual. Os socialistas, ele argumentou, estavam unidos em seus compromissos com “igualdade, liberdade, justiça, dignidade humana, moralidade e bem-estar dos indivíduos”. Mas esses não eram fins enquanto tais, uma vez que o significado dessas ideias abstratas sempre estava aberto à interpretação: elas adquiriam um matiz particular quando eram “mapeadas por alguns sábios e savants”<sup>35</sup>. O elemento utópico de seu anarquismo foi preenchido por uma visão de pessoas comuns negociando significados conceituais por meio da luta e do processo de auto-organização, tendo uma vez se livrado das algemas de sua escravidão em um ato direto de insurreição. Kropotkin e Gustav Landauer desenvolveram suas alternativas utópicas por meio da crítica às teorias socialistas da história, que consideravam abstratas<sup>36</sup>. Sua preocupação especial era destacar a estrutura do socialismo científico de Marx e Engels e mostrar que o utopismo anarquista estava um pouco distante dele. Marx, eles argumentaram, negou ser um utópico, mas conjurou uma visão do futuro ao enraizar o socialismo em uma teoria da mudança que assimilava as normas, práticas e formas institucionais prevaletentes e ridicularizava outras visões imaginativas como sonhos impraticáveis ou caprichosos. As marcas de seu utopismo eram, em primeiro lugar, a possibilidade de trabalhar praticamente para a realização de uma política diferente e, em segundo lugar, o espaço que existia para o

---

<sup>33</sup> David Leopold, “The Structure of Marx and Engels’ Considered Account of Utopian Socialism”, *History of Political Thought*, 26 (3), (2005), pp. 443–466.

<sup>34</sup> Piotr Kropotkin, “Anarchism: Its Philosophy and Ideal” in Baldwin (ed.) *Kropotkin’s Revolutionary Pamphlets*, p.140.

<sup>35</sup> Michael Bakunin, “Stateless Socialism: Anarchism”, from G.P. Maximoff (ed) *The Political Philosophy of Bakunin*, online at [dwardmac.pitzer.edu](http://dwardmac.pitzer.edu)

<sup>36</sup> Ruth Kinna, “Anarchism and the Politics of Utopia” in Davis and Kinna (eds) *Anarchism and Utopianism*, (Manchester: Manchester University Press, 2009), pp. 221–240.

pensamento criativo e o julgamento moral na formação dessa política. Nisto, Kropotkin alinhou-se com socialistas utópicos do início do século – particularmente com Charles Fourier – tanto para mostrar a continuidade do anarquismo com essas tradições quanto para sondar as possibilidades de realizar um futuro melhor (mais bonito, emocionalmente rico, humano, convivial) do que aquele que a história, sem intervenção, parecia mais propenso a entregar<sup>37</sup>. No entanto, ao apelar para as concepções de desejo, ele rejeitou explicitamente o falanstério e a classificação dos tipos de personalidade que a ciência de Fourier definiu<sup>38</sup>.

Como sugere Franks, os anarquistas contemporâneos reconhecem uma afinidade com formas de utopismo que rejeitam o cientificismo, uma característica difusa das formas dominantes de socialismo histórico. Ainda assim, a característica consistente do pensamento anarquista sobre o utopismo é o enquadramento prefigurativo da transformação social – um enquadramento que de diferentes maneiras foi projetado para desafiar os princípios de certeza e inevitabilidade. A utopia não era tida como “o fim” na relação meios-fins, mas invocada para afirmar a possibilidade de diferentes alternativas, cada uma dependente da ação direta e do princípio do desejo. Como utópicos, os anarquistas elaboraram estratégias de mudança consistentes com seus princípios anti-autoritários precisamente para resistir a utopias e projetos abstratos não especificados.

Reconhecer o caráter de textura aberta do utopismo anarquista histórico e sua consistência com a política prefigurativa contemporânea sugere uma possível reformulação da concepção de prefiguração de Franks. Franks define a prefiguração em termos diádicos e argumenta que o anarquismo acaba com a distinção entre meios e fins. Seu reconhecimento do elemento utópico na política prefigurativa indica que a prefiguração descreve uma relação triádica e que o utopismo anarquista medeia os meios e fins da ação anarquista, injetando nela um conjunto de possibilidades que dão sentido à sua inter-relação ética. Em uma discussão do Comitê dos 100, Nicholas Walter afirmou o seguinte: “o desarmamento nuclear unilateral como o fim e a ação não violenta em massa como o meio”. As ideias utópicas que trouxeram fins e meios a uma relação prefigurativa foi a visão da Grã-Bretanha que abraçou soluções revolucionárias para os problemas sociais existentes, proibiu a bomba, deixou a OTAN, se desligou da Guerra Fria e adotou o “neutralismo positivo”, rejeitando o “colonialismo no exterior e racismo em casa”<sup>39</sup>. O utopismo pode ter sabores diferentes, mas para ser prefigurativo, as receitas anarquistas para os livros de receitas do futuro devem incluir esse ingrediente.

Questionar a conjunção do anarquismo histórico com o utopismo rígido também desafia a alegação de que as mudanças que Franks observa nos estudos utópicos mapeiam nitidamente para uma evolução dentro do anarquismo, do utopismo abstrato ou modelo, de um lado, para o utopismo do “aqui e agora”, do outro. Ao reconfigurar a relação entre o anarquismo e os estudos utópicos, é possível localizar as mudanças significativas na política anarquista da utopia em outros lugares. Mesmo que haja sobreposições consideráveis entre as formas históricas e contemporâneas de política prefigurativa, a mudança detectável reside na psicologia da ação a que Franks se refere em sua discussão sobre Sorel. Em outras palavras, o distanciamento do anarquismo contemporâneo do histórico encorajou um afastamento da aspiração utópica positivamente em direção ao enquadramento distópico do desejo utópico.

---

<sup>37</sup> Para uma discussão sobre o utopismo de Marx, ver “The structure of Marx and Engels’ considered account of utopian socialism”, e David Leopold, “Socialism and (the rejection of) Utopia”, *Journal of Political Ideologies*, 12 (3), pp. 219–237.

<sup>38</sup> Para uma discussão de Kropotkin e Fourier, ver Matthew Adams, “Rejecting the American Model: Peter Kropotkin’s Radical Communalism”, *History of Political Thought*, 35 (2014), pp. 147–173.

<sup>39</sup> Nicholas Walter, “The Committee of 100: Ends and Means” em David Goodway (ed) *Damned Fools in Utopia And Other Writings on Anarchism and War Resistance*, Oakland, CA: PM Press, p. 79

# Anarquismo e os Usos Políticos da Utopia

A remoção do utopismo anarquista das taxonomias binominais que distinguem o anarquismo histórico, trabalhador e ideológico do horizontalismo anti-ideológico contemporâneo revela a existência de um espectro de práticas utópicas e prefigurativas e sugere uma série de usos políticos distintos para a utopia no ativismo contemporâneo. As utopias podem ser concretizadas sociologicamente em uma extremidade desse espectro e aparecer como possibilidades nebulosas, veículos para o princípio do desejo, na outra. O perigo de invocar uma transformação historicizada mais dura do utopismo anarquista, cristalizado no conceito de prefiguração, é que um conjunto particular de abordagens para a mudança social é valorizado à custa de outros. Reconhecer o espectro em que se apoia o utopismo anarquista admite uma diversidade de práticas prefigurativas.

A literatura contemporânea mostra que o utopismo apoia a diversidade no ativismo. Entre as práticas prefigurativas que contêm correntes fortemente sociológicas estão vários projetos comunitários de base. Shaun Chamberlain, por exemplo, descreve a “força para um futuro melhor” em um projeto de construção de comunidade, promovendo uma psicologia coletiva de esperança. Em uma discussão sobre o movimento de Transição, ele argumenta, “se o desespero é perceber um futuro indesejável como inevitável, um vislumbre de uma alternativa realista e bem-vinda transforma nosso desânimo em um impulso massivo para trabalhar em direção a essa alternativa”<sup>40</sup>. Com um espírito semelhante, Mark Smith defende uma forma de utopia prática que modela formas ecológicas de vida por meio da estimativa do risco global<sup>41</sup>. Há, pelo menos, uma sugestão de Proudhon e Kropotkin nessas abordagens e um eco retumbante na concepção de possibilidade utópica de Franco “Bifo” Berardi:

*Como a Força e a Razão falharam como princípios de mudança social e governo político, acho que devemos adotar o ponto de vista da tendência, não o ponto de vista da vontade. A tendência não é um ideal, uma utopia, não é a projeção de uma ordem racional que a força acabaria por implementar. A tendência é uma possibilidade implicada no estado atual das coisas, uma possibilidade que não pode ser implantada atualmente porque o paradigma atual das relações sociais ... torna tal implantação impossível*<sup>42</sup>.

Utopias que priorizam psicologias de ação geralmente giram em torno da criação de um espaço autônomo e da transformação das relações sociais cotidianas. Sonhos e visões ainda têm um lugar nessas vertentes da prática prefigurativa. A recente discussão de Ben Lear e Ralph Schlembach sobre esperança e desespero inclui uma demanda central, “luxo para todos”, que é uma reminiscência do apelo de William Morris para a riqueza e o abandono das riquezas. A utopia oferece uma maneira de superar o desespero que o capitalismo induz ao fornecer uma “base de nossa esperança, não no desenvolvimento capitalista, mas em seu enfrentamento e eventual abolição”. Seu utopismo antiutópico carrega algumas outras marcas de seu romance utópico.

*Nossa esperança é ... não utópica no sentido de que não estamos no negócio de pintar imagens detalhadas de como será uma sociedade pós-capitalista. Isso não significa que não possamos imaginar ou experimentar relações sociais que não sejam dominadas pela lógica da acumulação e da valorização ... O que dizemos quando falamos sobre uma alternativa é que rejeitamos a lógica do capital. A visão de um mundo pós-capitalista não é um paraíso; ... podemos e devemos imaginar um futuro onde a produção de riqueza não esteja mais ligada às divisões de classe e à relação de trabalho*<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> Shaun Chamberlain “The Struggle for Meaning” in Campagna and Campiglio (eds.) *What We Are Fighting For*, p. 45.

<sup>41</sup> Mark J. Smith “Practical Utopianism and Ecological Citizenship”, in Campagna and Campiglio (eds) *What We Are Fighting For*, p. 82.

<sup>42</sup> Franco “Bifo” Berardi “The Transversal Function of Disentanglement” in Campagne and Campiglio, *What We Are Fighting For*, p. 144. Kropotkin argumentou em termos muito semelhantes. Em “Anarco-comunismo” ele escreveu: “Quanto ao método seguido pelo pensador anarquista, ele difere inteiramente daquele seguido pelos utopistas. O pensador anarquista não recorre a concepções metafísicas ... para estabelecer quais são, em sua opinião, as melhores condições para realizar a maior felicidade da humanidade ... Ele estuda a sociedade e tenta descobrir suas *tendências* ... Distingue entre os desejos e tendências reais das agregações humanas e os acidentes (carências de conhecimento, migrações, guarda, conquistas) que impediram que essas tendências fossem satisfeitas”. Em Baldwin (ed.) *Kropotkin’s Revolutionary Pamphlets*, p. 47

<sup>43</sup> Ben Lear and Ralph Schlembach, “If You Don’t Let Us Dream, We Won’t Let You Sleep?” in Alessio Lunghi and Seth Wheeler (eds.), *Occupy Everything: Reflections on why it’s kicking off everywhere*, (Brooklyn: Minor Compositions, n.d.), 43–44.

No entanto, uma tendência marcante na política prefigurativa é em direção à fuga distópica, em vez de realização utópica. A conclusão de Lear e Schlembach é que a indignação pode influenciar fortemente a mudança e que a “relutância em imaginar alternativas políticas maiores” contribui para a “sensação de desespero e raiva” que os ativistas sentem. Em outro texto ativista, a ideia é levada um passo adiante. A utopia captura uma política sem limites, mas descrita negativamente como desejo de resistir, rejeitar ou destruir. Mark Fisher evoca uma ideia de movimento perpétuo, enraizada em um impulso psicológico contra a morte: *statis*. “Como criaturas desejosas”, observa Fisher, “*nós mesmos* somos aquilo que perturba o equilíbrio orgânico”, ou a tendência para a regulação, direção e controle<sup>44</sup>.

A discussão de Paul Goodman sobre o utopismo oferece uma maneira útil de pensar sobre essa reformulação da política prefigurativa. Em uma discussão sobre tristeza e raiva, Goodman ligou a utopia à paciência. Paciência, ele argumentou, não significava calma. Ao contrário, o utopismo também foi um gatilho para paixões violentas: a raiva, sobre os obstáculos à realização do desejo utópico e da dor, pelas coisas entendidas como ausentes através da identificação desse desejo. Os utópicos eram pacientes no sentido de que estavam preparados para esperar o surgimento do desejo sentido, por meio de sua raiva e tristeza. Isso significava que o desejo utópico sempre teve um objeto e envolveu esforço no presente, a fim de assegurar sua realização – a antecipação de Goodman da prefiguração. No ativismo contemporâneo, o valor positivo atribuído à capacidade de explorar paixões negativas – desespero, indignação, ódio e, particularmente, raiva – não sugere que a paciência utópica tenha sido eclipsada. Mas sua invocação sugere um estreitamento do utopismo anarquista contemporâneo e na noção de práticas prefigurativas abertas aos ativistas. A discussão de John Holloway sobre a raiva anticapitalista capta o clima. Sua preocupação é canalizar as forças de destruição em vez de enfrentar sua negatividade:

*Quebre as janelas dos bancos, atire nos políticos, mate os ricos, pendure os banqueiros nos postes de luz. Certamente, tudo isso é muito compreensível, mas não ajuda muito. É dinheiro que devemos matar, não seus servos. E a única maneira de matar dinheiro é criar diferentes coesões sociais, diferentes maneiras de se unir, diferentes maneiras de fazer as coisas. Mate dinheiro, mate trabalho. Aqui agora*<sup>45</sup>.

Este elenco mais negativo da relação meio-fim permanece prefigurativo e talvez seja uma reminiscência da famosa declaração de Bakunin de que a paixão pela destruição também é uma paixão criativa. A diferença é que a expressão justa de raiva, indignação ou desespero muitas vezes aparece na literatura contemporânea como uma condição de ser e não de fazer. Além disso, depende da evocação de imagens poderosamente distópicas da sociedade existente, que de várias maneiras enredam, prendem e escravizam os indivíduos. À luz desse imaginário distópico, as emoções generalizadas que os radicais buscam liberar se assemelham cada vez mais àquelas contra as quais Paul Goodman advertiu ao contrastar o desejo “sem seu objeto” e a adoção do “papel de estar com raiva” ao desejo de algo e a capacidade de enfrentar os obstáculos para sua realização. Os fins da mudança não são apenas descritos com uma indefinição deliberada, mesmo quando vinculados a atividades práticas, mas a análise dos meios é desenvolvida como afastamento, menos como empurrão. Goodman explicou o desejo enlouquecedor de desejo como uma sensação de paraíso perdido ou a ideia de “paraíso ainda não”, mas em vez de endossar essa ideia como um impulso para a luta eterna, como sugere Abensour, ele a rejeitou como uma causa de frustração contínua<sup>46</sup>. O negativamente e distopianismo da prefiguração contemporânea muda o foco para a ação, tende contra a especificação de esperanças e desejos e enfraquece a carga positiva que Bakunin exclui em sua destrutividade. O poder dessas imagens pode muito bem ajudar a facilitar ações comuns, massas, ocupações e manifestações, e os novos tipos de coesão social que Holloway defende, mesmo enquanto os fins e meios de protesto são definidos de várias maneiras diferentes. No entanto, é difícil acomodar as práticas e comportamentos horizontais expressos por meio de ajuda mútua em organizações de protesto e campanhas comunitárias nessas estruturas distópicas, pois parecem existir “fora” do mundo real de uma maneira que faz sua operação parecer parcial, comprometida ou impossível.

<sup>44</sup> Mark Fisher “Post-capitalist Desire” in Campagne and Campiglio *What We Are Fighting For*, p. 135.

<sup>45</sup> John Holloway, Posfácio, em Campagne e Campiglio *What We Are Fighting For*, p. 204

<sup>46</sup> Paul Goodman, “On the Intellectual Inhibition of Grief and Anger”, *Utopian Essays and Practical Proposals*, (New York: Vintage Books, 1962), p. 93–109

Ligado a uma política utópica mais positivamente, esse tipo de atividade pode apoiar uma variedade de fins e meios e pode até permanecer indeterminado, mas em qualquer de suas formas, seria possível para todos – participantes e observadores, amigos e inimigos – apreciar as formas complexas em que as ações podem ser projetadas para prefigurar objetivos utópicos. Olhar novamente para a história anarquista ajuda a descobrir alguns usos políticos da utopia que podem contribuir para tal abordagem.

Biblioteca Anarquista



Ruth Kinna  
Utopismo e Prefiguração  
2016

<https://theanarchistlibrary.org/library/ruth-kinna-utopianism-and-prefiguration>  
Titulo Original: *Utopianism and Prefiguration*. Tradução e Revisão por André Tunes @Núcleo de  
**Estudos Autonomo Anarco Comunista.**

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

**bibliotecaanarquista.org**